



Fernando Bezerra preside a CAE, ao lado do vice Bello Parga

Senado começa a instalar comissões

CAE elege Fernando Bezerra para presidente e Bello Parga para vice. Hugo Napoleão anuncia que PFL pretende dirigir a CCJ

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) elegeu ontem, com a unanimidade dos votos de seus 24 integrantes, o senador Fernando Bezerra, do PMDB, para presidente no biênio 1999-2000. Também por unanimidade, foi eleito vice-presidente o senador Bello Parga, do PFL.

Em entrevista logo após a posse, Bezerra anunciou que a CAE terá “absoluta liberdade para

discutir todos os temas econômicos”, a fim de que possa “trazer ou encaminhar as propostas ou soluções para que o país possa encontrar o caminho do crescimento econômico”.

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão, disse ontem que seu partido deverá presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas manterá entendimento com os outros partidos.

PÁGINAS 3 E 6

Fraga visita senadores às vésperas da sabatina

O presidente indicado do Banco Central, Armínio Fraga, esteve ontem no Senado em visita ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e aos líderes partidários. A sabatina de Fraga na Comissão de Assuntos Econômicos foi confirmada para amanhã, às 9h. Outros cinco diretores indicados para o BC também deverão ser ouvidos pela comis-

são. O senador Ney Suassuna foi designado como relator das seis indicações feitas pelo presidente da República.

O senador Roberto Requião ocupou a tribuna ontem para pedir ao Senado que rejeite a indicação de Fraga para o Banco Central. Ele acusou o economista de ser um preposto do megainvestidor George Soros.

PÁGINAS 2 E 3



Antonio Carlos Magalhães recebe a visita de Armínio Fraga



A discussão da proposta de criação de juizados especiais na Justiça Federal, iniciada ontem, prossegue hoje no plenário

Plenário discute criação de juizados

O plenário do Senado discutiu ontem a proposta de emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais na Justiça Federal. Os senadores Francelino Pereira, do PFL, e Eduardo Suplicy, do PT, recomendaram votos favoráveis à proposta, que tem o objetivo de facilitar o acesso das pessoas mais pobres à Justiça.

PÁGINA 5

**Na pauta hoje,
US\$ 1,1 bi
para o BNDES**

PÁGINA 5

Fraga diz que responderá "abertamente"

Indicado para presidir o Banco Central visita senadores e prevê que sabatina na CAE será uma "linha divisória", a partir da qual sua colaboração com o governo se tornará mais efetiva

Preparando-se para a sabatina a ser realizada na reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o economista Armínio Fraga Neto, indicado pelo presidente da República para presidir o Banco Central, visitou ontem os líderes partidários no Senado. Ele esteve com os senadores Jäder Barbalho (PMDB-PA), Sérgio Machado (PSDB-CE), Marina Silva (PT-AC), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Armínio Fraga declarou que a sabatina representa uma "linha divisória", a partir da qual sua

colaboração com o governo será mais efetiva, e garantiu que vai responder "abertamente" a todas as questões levantadas pelos senadores.

Depois de se encontrar com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o economista esteve com os líderes, cumprindo o que considerou "uma praxe antes da apreciação de seu nome pela CAE".

O líder do PFL, Hugo Napoleão, considerou proveitosa a conversa com Armínio Fraga, na qual foram analisados aspectos formais do debate na comissão.

Napoleão disse que os sete votos do PFL na CAE serão favoráveis à indicação.

– Não deve haver qualquer problema com relação ao PFL. É importante que se dê uma demonstração de que estamos colaborando com o Brasil. E a situação exige que se tome uma decisão – afirmou.

Já a senadora Marina Silva, líder do Bloco Oposição, acha que Armínio Fraga terá dificuldades em convencer os senadores. "Se a autoridade do argumento prevalecer sobre o argumento da autoridade, as coisas não serão

tão fáceis", comentou a senadora.

Marina informou que os senadores opositoristas vão se reunir hoje para traçar a estratégia que adotarão durante a sabatina. Adiantou, entretanto, que o bloco vai pautar suas colocações em requisitos éticos e de política econômica.

– Com relação à ética, consideramos que Armínio Fraga não preenche o requisito de reputação ilibada, devido à sua estreita ligação com o capital especulativo mais nocivo aos interesses do país – observou.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais - *habeas corpus* - tribunal superior STF e tribunal estadual STJ). Parecer nº 57/99-CCJ, Relator: senador José Fogaça, favorável. Discutem os senadores Eduardo Suplicy e Francelino Pereira.

Resultado: A matéria retornará à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

2

Mensagem nº 221, de 1998 (nº 983/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer a de embaixador do Brasil junto a Granada.

Resultado: Aprovada. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

3

Mensagem nº 227, de 1998 (nº 973/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome da senhora Thereza Maria Machado Quintella, ministra de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para, cumulativamente com a função de embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Resultado: Aprovada. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

4

Mensagem nº 247, de 1998 (nº 1.347/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor Ricardo Drummond de Mello, ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

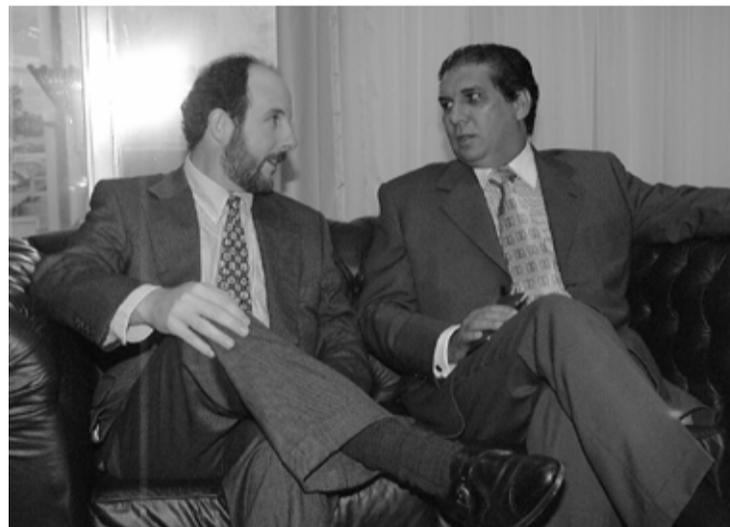
Resultado: Aprovada. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

5

Mensagem nº 26, de 1999 (nº 1.624/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome da senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, ministra de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à República da Guatemala.

Resultado: Aprovada. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Armínio Fraga, que amanhã será submetido à sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos, visitou o senador Jäder Barbalho

ACM lembra que é normal visita prévia ao Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência ontem o presidente indicado do Banco Central, Armínio Fraga, que será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, a partir das 9h da manhã.

O senador esclareceu que nada havia de excepcional no encontro, pois os indicados aos

cargos que passam pelo crivo do Senado costumam entrevistar-se com o presidente da Casa.

Depois de ser recebido por Antonio Carlos Magalhães, Armínio Fraga visitou todas as lideranças partidárias no Senado. Ele disse que estava lendo e estudando para enfrentar a arguição e que se considera "preparado para servir ao país".

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 16h - Recebe o presidente do Congresso do Canadá, senador Gildas Mougat
- ▶ 16h30 - Recebe o diretor de Assuntos Culturais da prefeitura de Paris, Jean Gautier
- ▶ 17h - Recebe grupo de esposas de senadores norte-americanos
- ▶ 19h - Recebe o ministro da Economia de Portugal, José Pinto Moura

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal; *Projeto de Resolução nº 3/99, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a contratar operação de crédito, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo como garantidor o Brasil, no valor equivalente a até um US\$ 1,1 bilhão, de principal, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial; *PLC nº 25/93, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da CLT; *PLC nº 9/95, que altera dispositivos da CLT, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; *PLC nº 94/94, que acrescenta parágrafo 2º ao art. 482 da CLT; e *PLC nº 8/95, que revoga o parágrafo único do art. 482 da CLT.

PREVISÃO DA SEMANA

COMISSÕES

Sexta-feira (26.02.99)

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Pauta: *Mensagem nº 74/99, que submete ao Senado Federal o nome de Armínio Fraga Neto, para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 77/99, que submete ao Senado Federal o nome de Daniel Luiz Gleizer, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 78/99, que submete ao Senado Federal o nome de Edison Bernardes dos Santos, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 79/99, que submete ao Senado Federal o nome de Luiz Carlos Alvarez, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil; *Mensagem nº 80/99, que submete ao Senado Federal o nome de Luiz Fernando Figueiredo, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil. e *Mensagem nº 81/99, que submete ao Senado Federal o nome de Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.
- Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE sabatina amanhã técnicos indicados para o BC

Além de Armínio Fraga, serão ouvidos os outros cinco nomes propostos para a diretoria do Banco Central: Sérgio Werlang, Daniel Gleizer, Edison dos Santos, Luiz Carlos Alvarez e Luiz Fernando Figueiredo

O novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), marcou para amanhã, às 9 horas, a sabatina de Armínio Fraga, indicado para a presidência do Banco Central (BC). Além de Fraga, também serão ouvidos pela comissão os outros cinco diretores indicados para a instituição.

Depois de votados os pareceres da CAE sobre as indicações, os seis nomes terão de ser apreciados pelo plenário.

Os outros cinco diretores são Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang. As mensagens do presidente da República com a indicação dos diretores foram encaminhadas ao Senado na última segunda-feira.

Fernando Bezerra designou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) como relator das seis indicações do presidente da República. Segundo o presidente da CAE, Armínio Fra-

ga reúne as condições necessárias para presidir o Banco Central. Ele destacou a necessidade de que o Senado aprove, "o mais rapidamente possível", o nome do novo presidente do BC.

O parlamentar pelo Rio Grande do Norte disse esperar que o nome de Fraga seja aprovado, "uma vez que a base de sustentação do governo é majoritária na Casa". Segundo Fernando Bezerra, a indicação somente deverá ser rejeitada se surgir na sabatina algo que impeça a posse de Fraga.

O presidente da CAE afirmou que a realização da sabatina coletiva – normalmente, há uma reunião para cada indicado – não prejudicará a arguição dos senadores. Segundo ele, cada um dos diretores será avaliado, "mas é óbvio que o centro das atenções será Armínio Fraga",

já que cabe ao presidente do BC definir as diretrizes da instituição. Fernando Bezerra acrescentou que todos os diretores estarão à disposição dos senadores.

– Se não forem argüidos, é porque os senadores não quiseram – finalizou.



Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos votarão as seis indicações logo depois da arguição dos novos diretores

Fernando Bezerra é escolhido para presidir comissão até o ano 2000

Por unanimidade dos votos de 24 senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) elegeu ontem seu novo presidente para o biênio 1999-2000, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), e o vice-presidente, o senador Bello Parga (PFL-MA).

Ao tomar posse, Fernando Bezerra manifestou sua gratidão à confiança dos senadores que nele votaram. O novo presidente da CAE também agradeceu ao líder de seu partido, senador Jader Barbalho (PA), a indicação para presidir a comissão, ressaltando que todos podem ter a convicção de que ele estará representando o PMDB na presidência da CAE.

O parlamentar disse ser uma honra substituir o senador Pedro Piva (PSDB-SP) na presidência da comissão e lembrou ter sido ele, Bezerra, o vice de Piva no último biênio. Já o senador Bello Parga externou agradecimentos por sua indicação ao líder de seu partido, Hugo Napoleão (PI), e ao vice-líder Edison Lobão (MA).

O presidente da CAE afirmou que estará sempre pronto a receber sugestões e propostas dos integrantes da comissão, respondendo po-



Bezerra disse que a CAE deve propor caminhos para o país reencontrar os rumos do crescimento econômico

sitivamente solicitação nesse sentido feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador petista disse que as sugestões estarão relacionadas sobretudo aos temas mais importantes antecipados por Bezerra na edição de quarta-feira do *Journal do Senado* – entre os quais a reforma tributária.

Em entrevista logo após a posse, Bezerra anunciou que pretende, em primeiro lugar, "cumprir fielmente o Regimento". Afirmou também que a CAE terá "absoluta liberdade para discutir todos os temas econômicos", a fim de que possa "trazer ou encaminhar as propostas ou

soluções para que o país possa encontrar o caminho do crescimento econômico".

Além dos eleitos, participaram da votação os senadores José Fogaça (RS), José Alencar (MG), Luiz Estevão (DF), Maguito Vilela (GO), Gilberto Mestrinho (AM), Ramez Tebet (MS), Ney Suassuna (PB) e Marluce Pinto (RR), do PMDB; Edison Lobão (MA), Paulo Souto (BA), Francelino Pereira (MG), Freitas Neto (PI), Romeu Tuma (SP) e Geraldo Althoff (SC), do PFL; Sérgio Machado (CE) e Romero Jucá (RR), do PSDB; Eduardo Suplicy (SP), Lauro Campos (DF) e José Eduardo Dutra (SE), do PT; Roberto Saturnino (RJ), do PSB; Jefferson Péres (AM), do PDT; e Luiz Otávio (PA), do PPB.

Também participaram da primeira reunião da CAE na 51ª Legislatura os senadores Carlos Bezerra (MT), Jader Barbalho (PA), Wellington Roberto (PB), Roberto Requião (PR), João Alberto (MA) e Alberto Silva (PI), do PMDB; Jonas Pinheiro (MT) e Bernardo Cabral (AM), do PFL; Pedro Piva (SP), Antero de Barros (MT), Osmar Dias (PR), Álvaro Dias (PR), do PSDB; e Marina Silva (AC), do PT.

Rejeitado pedido de audiência de Pedro Malan e Francisco Lopes

Por maioria de votos, a Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou dois requerimentos de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Eles solicitavam que o ex-presidente do Banco Central (BC), Francisco Lopes, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, fossem à CAE explicar os motivos que levaram à demissão de Lopes poucos dias após a aprovação de seu nome pelo Senado Federal.

Apenas os membros do Bloco Oposição votaram a favor dos requerimentos. Segundo Suplicy, a intenção era a de que Malan e Lopes pudessem ser ouvidos pela CAE antes da sabatina de Armínio Fraga – indicado pelo presidente da República para o comando do Banco Central.

Acatando o argumento de que a sabatina de Fraga e a votação de seu nome para a presidência do BC precisam ser feitas com urgência, Suplicy sugeriu que os depoimentos de Lopes e Malan fossem marcados para hoje ou mesmo para a manhã de amanhã, antes da sabatina de Armínio Fraga e dos demais técnicos indicados para a instituição.

Ao apoiar o requerimento, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu que o Senado volte a utilizar em plenitude suas atribuições constitucionais. Para ele, é essencial que os senadores conheçam, antes de



Suplicy queria que Malan e Lopes esclarecessem as razões da troca de comando no Banco Central

aprovar ou rejeitar o nome de Fraga, os motivos que levaram à saída de Lopes do comando do BC.

Dutra disse que, segundo a imprensa, a demissão de Lopes foi decidida um dia antes de sua sabatina pelo Senado. Sugeriu então que se passasse a fazer um "cadastro de reserva" de nomes para o BC.

– Vamos sabatar uns dez economistas, uns cinco especuladores, uns cinco prepostos de especuladores para que o governo possa escolher à vontade, já que aí estará cumprida a exigência constitucional da aprovação de seus nomes pelo Senado – ironizou.

O senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) afirmou que a intenção do requerimento não era protelar a votação do nome de Armínio Fraga, mas garantir o depoimento de Lopes e Malan, no seu entender essenciais para a realização da sabatina.



Requião citou entrevista do investidor George Soros, em que ele admite exercer uma "atividade amorosa"

Requião pede rejeição de Fraga para o BC

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) ocupou a tribuna ontem para pedir que o Senado rejeite a indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central. De acordo com Requião, Fraga é um preposto do megainvestidor George Soros, tido como o maior especulador financeiro do mundo, e não tem isenção para conduzir a política monetária brasileira:

– Nós estamos em queda livre. O Brasil está na mão de Soros. O presidente Fernando Henrique Cardoso tem tido um comportamento irresponsável, demonstrando que não sabe o que está acontecendo – afirmou o senador, comparando a situação brasileira à de uma equipe de pára-quedistas do Paraná que foi levada à morte por seguir as ordens de um instrutor que não tinha real noção da altura da qual saltavam.

Requião citou em plenário trechos de entrevista concedida por Soros à rede americana de TV CBS, na qual o investidor conta passagens de sua vida. Na entrevista, Soros é apresentado como um judeu húngaro, que fugiu da perseguição nazista disfarçando-se de cristão, afilhado de um funcionário federal.

A reportagem informa, ainda, continuou Requião, que Soros acompanhava seu falso padrinho em suas batidas para confisco de propriedades de judeus. Segundo o senador paranaense, a entrevista revela muito da personali-

dade de Soros e dos riscos que o Brasil corre com a nomeação de Armínio Fraga. Como argumento, ele citou um trecho da entrevista em que George Soros compara seu comportamento diante dos confiscos à sua atuação no mercado financeiro.

“É claro que eu poderia ser um dos que estavam perdendo seus bens. Mas não faz sentido dizer que eu deveria estar lá. É mais ou menos como um mercado. Se eu não estivesse fazendo aquilo, outra pessoa estaria. Eu era apenas um espectador. As propriedades seriam confiscadas do mesmo jeito. Por isso não tenho sentimento de culpa. Não importa se sou eu ou outra pessoa, o que acontece no mercado não faz a menor diferença. Não sinto culpa, pois estou engajado numa atividade amorosa, que não pode gerar sentimento de culpa”, disse George Soros, na entrevista citada da tribuna por Requião.

O senador adiantou que votará contra a indicação de Fraga, apesar da liderança de seu partido, o PMDB, ter se posicionado favoravelmente:

– É preciso sustar a nomeação (*de Fraga*). É preciso impedir que o capital internacional mate mais. Soros já avisou: se não o impediremos, continuará a fazer o que vem fazendo, e o capital financeiro reduzirá este país à sua expressão mais simples, liquidando os 50 anos do nacional-desenvolvimentismo num governo de quatro anos – alertou.

Suplicy sugere encontro entre FHC e Itamar Franco

Para senador, presidente deveria anunciar sua disposição de encerrar o que o governador considera “retaliações” contra o estado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reafirmou ontem sua sugestão de que o presidente Fernando Henrique Cardoso comunique-se com o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e anuncie sua disposição de terminar com as ações que o governador mineiro tem considerado como retaliações. O senador também defendeu a necessidade de se estabelecer um novo pacto federativo para o país.

Na medida em que a arrecadação mineira caiu (ao invés de crescer, como era esperado), segundo informou Itamar Franco, Suplicy vê a possibilidade de uma renegociação no parcelamento das dívidas do estado com a União. O senador por São Paulo explicou que o próprio contrato assinado com o governo federal tem uma cláusula que prevê modificações. Em seu pronunciamento, ele também registrou a presença do governador do Acre, Jorge Viana, na tribuna de honra do plenário.

Outro assunto abordado por Supli-

cy foi a Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema principal o problema do desemprego. O agravamento da crise brasileira, sobretudo a redução do número de postos de trabalho em todo o país, foi citado pelo senador como uma questão que deve envolver toda a sociedade, o Congresso e o Executivo, na busca de soluções.

Ao falar da Campanha da Fraternidade, Suplicy citou dados coletados pelo Dieese apontando que o percentual de desempregados na Grande São Paulo chegou a 17,8% em janeiro.

O senador defendeu mudanças na política econômica para combater o problema, que não se restringe à região Sudeste, mas é sentido em todo o país. Ele parabenizou a CNBB pela escolha do tema e criticou o governo por não ter um programa efetivo de combate ao desemprego:

– O governo Fernando Henrique Cardoso está muito aquém das suas promessas durante a campanha, quando ele



Suplicy: “O que vemos hoje é a volta da inflação e o agravamento do desemprego”

disse que, se havia sido capaz de estabilizar a moeda, também resolveria a questão da falta de empregos. O que vemos hoje é a volta da inflação e o agravamento do desemprego – afirmou Suplicy.

ACM descarta intervenção em Minas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, negou ontem a hipótese de intervenção federal em Minas Gerais, mas disse acreditar que um acordo entre o presidente Fernando Henrique e Itamar Franco, a essa altura, “não é fácil”. Sobre o conteúdo das últimas declarações do governador, o senador fez os seguintes comentários:

– Não sei se a intenção dele é querer ser um mártir, mas ninguém deseja fazê-lo de mártir. Esperamos que não venha a esgotar todo o seu vocabulário com tanta dramaticidade.

Antonio Carlos advertiu que há uma

supervalorização da importância das divergências entre o Executivo federal e estadual e do comportamento de Itamar Franco:

– Acho que já estamos todos cansados dessa coisa estranha, que às vezes chega à infantilidade – disse.

O presidente do Senado afastou a possibilidade de intervenção federal em Minas – observando, porém, que “isso é o que ele (*Itamar*) quer” – e pediu uma mudança na cobertura que a mídia vem dispensando ao assunto, junto com a adoção de uma “agenda positiva”, capaz de ajudar na superação da crise:

– Essa pauta já cansou os leitores, e a imprensa podia mudar. Há dois meses só se fala nisso. Vamos esquecer essas brigas menores – pediu.

Antonio Carlos reafirmou sua posição quanto à situação dos estados, defendendo maior apoio a quem quiser reduzir gastos e modernizar a administração:

– O governo federal não pode abrir mão do cumprimento dos contratos assinados, mas deve estudar caminhos para dar apoio àqueles estados que demonstrem interesse em melhorar sua atuação administrativa – concluiu o presidente do Senado.

Dutra se diz perplexo com mudança súbita no comando do BC

Ao comentar a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que na manhã de ontem rejeitou proposta de convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar os motivos que levaram à saída do presidente do Banco Central, Francisco Lopes, antes mesmo de ser empossado no cargo, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que ficou constrangido, perplexo e indignado com a mudança:

– Fiquei perplexo porque acreditava que a indicação do economista Francisco Lopes, revestida de tantos elogios, fosse para valer. A indignação foi pela forma como o governo trata o Senado, já que ele foi sabatinado na CAE numa terça-

feira, na quinta teve seu nome aprovado em plenário, e na terça-feira seguinte fomos surpreendidos com o seu afastamento – lembrou.

Para Dutra, o mínimo que o Senado – e particularmente a CAE – poderiam fazer antes de sabatinar o novo indicado para a presidência do Banco Central, o economista Armínio Fraga, era convocar o ministro Pedro Malan para ele explicar o que aconteceu.

Dutra criticou o que considera uma “absoluta promiscuidade” entre os dirigentes do BC e o sistema financeiro privado nacional e inter-



Dutra critica decisão de manter câmbio flutuando livremente

nacional. Ele lembrou que antigos ex-dirigentes do Banco Central deixaram a instituição e imediatamente em seguida ganharam muito dinheiro tornando-se banqueiros.

Dutra também criticou a decisão do câmbio flutuar livremente, mas com possibilidades de o Banco Central atuar no sentido de regular o mercado. Ele considera que isso aumenta o risco de utilização de informações privilegiadas, já que as regras não são esclarecidas antecipadamente.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) observou que a justifi-

cativa semi-oficial é que Francisco Lopes foi substituído por gastar dinheiro, através do Banco do Brasil, na tentativa de conter uma alta do dólar. Ele completou que a atuação do ex-presidente foi a mesma que o Banco Central tomou na terça-feira passada, quanto interveio no mercado sem sucesso. Por este motivo, o senador pelo Paraná sugeriu a rejeição do nome de Fraga.

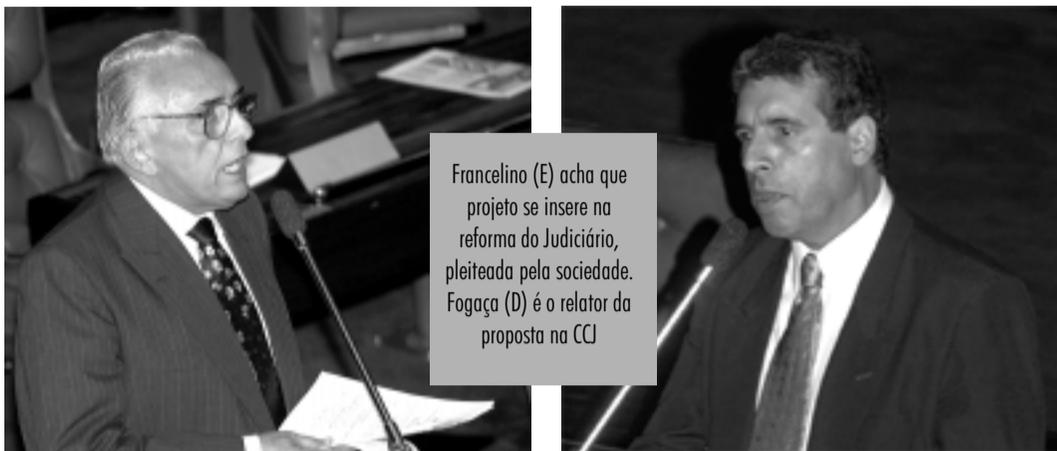
Já Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou se o megaspeculador George Soros, para quem Armínio Fraga trabalhava antes de ser indicado para o Banco Central, teria contribuído para a campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele fez a indagação por ter tomado conhecimento de

que o especulador havia contribuído com dinheiro para combater o *apartheid* na África do Sul, a ditadura de Pinochet no Chile e contribuído para a queda do comunismo no Leste Europeu.

Último a apartear, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que fosse perguntado ao economista Armínio Fraga, quando ele for sabatinado na CAE, por que ele resolveu trocar um emprego que lhe rendia 500 mil dólares anuais para ser assessor do governo federal, faturando menos de R\$ 8 mil por mês. “Esses R\$ 8 mil são brutos. Tirando a contribuição previdenciária, a CPMF e o Imposto de Renda, ele deverá receber uns R\$ 4 mil”, calculou.

Plenário vota hoje empréstimo de US\$ 1,1 bi

Projeto autoriza o BNDES a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao custeio de programas que visam reduzir os desequilíbrios regionais e sociais



Francelino (E) acha que projeto se insere na reforma do Judiciário, pleiteada pela sociedade. Fogaça (D) é o relator da proposta na CCJ

Senadores discutem criação de juizados especiais federais

No primeiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais na Justiça Federal, os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendaram votos favoráveis ao projeto.

Francelino destacou que a idéia da proposta é permitir maior acesso das pessoas pobres à Justiça. Para ele, a mudança se alinha a dois projetos aprovados pelo Senado e sancionados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na terça-feira passada,

criando novas varas:

– A emenda é mais um indício da reforma do Poder Judiciário que, cedo ou tarde, virá até mesmo como uma imposição da sociedade. O acesso à Justiça vem crescendo de forma impressionante. As camadas mais pobres vêm revelando que podem recorrer à Justiça para pleitear soluções para seus problemas – afirmou.

Já o senador Eduardo Suplicy observou que os novos juizados especiais poderão, por exemplo, acelerar as ações sobre benefícios da Previdência Social, por preve-

rem o rito simplificado nos contenciosos, com ênfase nos procedimentos conciliatórios.

A emenda constitucional será ainda discutida por mais quatro sessões, inclusive hoje. Se receber emendas de plenário, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). A proposta inclui entre as competências do Superior Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de tribunais submetidos a sua jurisdição.

Em regime de urgência, o plenário do Senado vota hoje projeto que autoriza o BNDES a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 1,1 bilhão, destinada ao custeio do programa global de financiamento multissetorial.

De acordo com o BNDES, as ações nas quais serão utilizados os recursos terão como objetivo a redução dos desequilíbrios regionais e sociais. A aplicação será feita através da concessão de empréstimos às micro e pequenas empresas e, também, àquelas que se dedicam a atividades artesanais. Todas as empresas beneficiárias deverão atuar na área da indústria e comércio exterior.

A pauta prevê ainda a discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que possibilita a criação de juizados especiais federais e autoriza o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a julgar *habeas corpus* contra decisão de tribunais sob sua jurisdição (*veja matéria nesta página*). A proposta é de iniciativa do Executivo e estará no segundo dos cinco dias de discussão necessários para que entre na pauta de votação.

MUDANÇAS NA CLT

Além dessas matérias, o plenário irá deliberar sobre quatro projetos oriundos da Câmara que modificam artigos da Consolidação das Leis do



Dois projetos alterando a CLT obtiveram parecer favorável do relator, Nabor Júnior

Trabalho.

O PLC n° 8/1995 extingue artigo da CLT que autoriza demissões por justa causa, em função de “atos atentatórios à segurança nacional”. Já o PLC 94/1994 obriga empregadores a comunicarem a seus empregados o motivo da dispensa, em caso de demissão por justa causa. Ambas as matérias obtiveram parecer favorável do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

O PLC 25/1993 inclui inciso determinando que os trabalhadores não sofrerão desconto quando se ausentarem do serviço por motivos previstos na CLT. Por fim, o PLC 9/1995 altera dispositivos relacionados com a remuneração de períodos incompletos de férias.

ACM defende reforma do Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a realização de uma reforma estrutural no Poder Judiciário – em especial a Justiça Militar e a do Trabalho – visando “suprimir alguns órgãos que não estão ajudando o país, na medida em que são desnecessários”:

– Se é para fazer reforma, vamos fazer de verdade, e extinguir tudo o que não é necessário – afirmou Antonio Carlos.

O senador citou dados comprovando a existência de distorções no funcionamento do Judiciário:

– Alguns órgãos com 15, 18 ministros, julgam, num ano, não mais do que uns 500 processos. Evidente que isso não é bom para a economia. São recursos que se poderia levar para a área social – observou.

Segundo Antonio Carlos, também há “excessos” na estrutura dos tri-



Para ACM, o Superior Tribunal Militar precisa de um reestudo e a Justiça do Trabalho tem que passar por transformações enormes

bunais de contas estaduais e municipais, e nos tribunais militares regionais.

– O próprio Superior Tribunal Militar precisa de um reestudo, e a Justiça do Trabalho tem que passar por transformações enormes, pois está fora do contexto do mundo atu-

al. Hoje, poucos países têm uma Justiça só para o Trabalho – disse.

Para o senador, é necessário debater amplamente o assunto, que interessa a toda a sociedade:

– Trata-se de uma série de coisas a serem estudadas e resolvidas pela nação – concluiu.

Aprovados 4 embaixadores

O plenário aprovou ontem os nomes de quatro novos embaixadores, entre eles duas mulheres. Thereza Maria Machado Quintela, atual embaixadora na Rússia, acumulará também a função junto à República do Cazaquistão, enquanto Gilda Maria Ramos Guimarães irá ocupar o cargo junto à República da Guatemala.

Já o diplomata Ricardo Drumond

de Mello irá exercer a função de embaixador na Nicarágua e Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, atual embaixador na Guiana, também representará o Brasil em Granada.

Durante a votação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a ascensão da mulher no Itamaraty, que já conta em seus quadros com seis embaixadoras.

Senado lamenta morte de Ivar Saldanha

O plenário do Senado aprovou na sessão de ontem requerimento de pesar pela morte do ex-governador do Maranhão Ivar Figueiredo Saldanha, ocorrida há alguns dias em acidente de carro. O requerimento foi assinado

pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e pela bancada do Maranhão – senadores Edison Lobão (PFL), Bello Parga (PFL) e João Alberto (PMDB). O Senado enviará condolências à família do ex-governador.

Napoleão anuncia que PFL presidirá Comissão de Justiça

Senador prevê a instalação da CCJ na próxima semana, depois de entendimentos com lideranças dos demais partidos



Hugo Napoleão lidera a segunda maior bancada no Senado e reivindica a Comissão de Justiça

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), informou ontem que seu partido deverá presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo Regimento do Senado, o partido que conta com a maior bancada tem prioridade na escolha da comissão permanente que quer presidir. Desse modo, o PMDB, que tem o maior número de senadores, foi o primeiro a fazer a opção, ficando com a Comissão de Assuntos Econômicos. O PFL, que tem a segunda maior bancada, deve escolher a CCJ.

Hugo Napoleão disse que a decisão de seu partido ain-

da depende de entendimentos com as demais lideranças, mas que essa é uma tendência que deverá se confirmar. Ele acredita que a instalação da CCJ deverá acontecer na próxima semana.

A senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, disse que, se os partidos governistas fecharem um acordo que inclua a presidência da Comissão de Assuntos Sociais pelo PSDB, irá propor que o bloco fique com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Segundo ela, esta é uma comissão importante pelas atribuições de acompanhar de perto os atos do governo. Marina adiantou que pretende encaminhar aos partidos que compõem o bloco o nome do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para presidir a CFC.

Alcântara explica que acordo foi assinado por 29 países industrializados



Lúcio Alcântara aplaude protocolo contra corrupção

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aplaudiu, ontem, a iniciativa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de assinar um protocolo de compromissos para acabar com a corrupção nas relações entre empresas multinacionais e governos dos países onde elas fazem negócios.

– O acordo, assinado pelos 29 países industrializados que são membros (o Brasil ainda não é um deles), criou instrumentos para punir procedimentos antiéticos de agentes econômicos de suas empresas, que agem, em países em desenvolvimento, de maneira diferente da que observam em seu país-sede. As punições podem ser multa de até US\$ 200 mil e dez anos de cadeia – explicou.

Para Alcântara, é comum haver

denúncias de práticas desonestas como propinas, tráfico de influência e “presentes” entre funcionários de multinacionais e escalões diversos de governos, em especial dos países mais pobres. “É difícil punir os culpados por causa da confusão que se estabelece entre corruptos e corruptores. Além disso, nunca ficava clara a competência para apurar delitos e estabelecer punições.”

O senador afirmou que, com esse protocolo, fica aberto o caminho para a punição de agentes econômicos de multinacionais que não hesitam em desprezar as regras de boa conduta comercial e moral. “Serão os próprios países industrializados, sedes desses grandes conglomerados, que tomarão a iniciativa de apurar os fatos e punir os responsáveis”, concluiu Alcântara.

Bornhausen reúne executiva para debater economia e dívidas estaduais

A Executiva Nacional do PFL reuniu-se ontem, no Senado, sob a presidência do senador Jorge Bornhausen (SC), para discutir a situação econômica e a dívida dos estados. Estiveram presentes ao encontro, além do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os senadores Jonas Pinheiro (MT), Eduardo Siqueira Campos (TO), José Agripino (RN), Hugo Napoleão (PI) e José Jorge (PE). Participaram ainda da reunião os governadores Roseana Sarney (MA), Siqueira Campos (TO), Amazonino

Mendes (AM) e José Bianco (RO), além de deputados. Segundo o senador José Jorge, os principais temas do encontro foram a crise econômica e a reconstrução das relações da Federação.

O economista Paulo Rabelo de Castro, do Instituto Atlântico, do Rio de Janeiro, apresentou aos pefelistas uma proposta de discussão do acerto de dívida interna, chamada encontro de contas. Rabelo garantiu que a proposta é vantajosa para estados, municípios e União. “Todos devem a todos e todos têm cré-

ditos com todos”, explicou Thomaz Magalhães, presidente do instituto. O encontro de contas significaria trocar débitos com créditos e, com isso, os números da dívida entre estados, União e municípios tenderiam a zero.

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) afirmou que, em avaliação da atuação do Congresso no último ano, chegou-se à conclusão de que o Parlamento fez a sua parte, aprovando o ajuste fiscal, e que o próximo passo é votar rapidamente as reformas tributária e política.

Freire quer nova política industrial para o país

A sugestão apresentada pelo governo federal de baixar as alíquotas do ICMS como forma de aumentar a demanda industrial e reduzir o desemprego não é vista com bons olhos pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Para ele, esse acordo resolveria apenas os problemas paulistas, onerando ainda mais os cofres de estados menores.

– Todo esse acordo atende apenas à indústria automobilística do ABC paulista. Mas estados sem a

força de São Paulo não podem ser sacrificados – afirmou.

Além disso, sustenta Freire, o próprio governo admite que a redução do ICMS pode gerar uma perda de receita para os cofres públicos. O senador pernambucano sugere que o presidente Fernando Henrique Cardoso e os governadores aproveitem a reunião marcada para amanhã e iniciem a discussão de uma política industrial para o país.

– É preciso formular uma políti-



Roberto Freire é contra benefícios limitados a setores e estados específicos

ca industrial para o país. Até mesmo a renúncia fiscal pode estar incluída, mas não para beneficiar um setor da indústria – argumenta Roberto Freire.



Abdellatif Filali (E) transmitiu a Antonio Carlos o interesse de seu país em incrementar o intercâmbio com o Brasil

ACM recebe visita de ministro do Marrocos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Abdellatif Filali, que visita o país pela primeira vez para promover o estreitamento das relações bilaterais. A visita do ministro marroquino aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados foi de cortesia. Filali

transmitiu a Antonio Carlos o interesse de seu país em incrementar o intercâmbio com o Brasil.

Após o encontro, o senador Antonio Carlos Magalhães participou de reunião da Executiva Nacional do PFL, durante a qual o economista Paulo Rabelo fez uma exposição a respeito de um novo pacto federativo.

Eduardo Siqueira Campos protesta contra juros rurais

Senador considera descabida elevação das taxas agrícolas do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer)

Mais da metade dos recursos usados no financiamento dos agricultores que ocupam os cerrados de Pedro Afonso, no Tocantins, vem do Japão, com juros anuais de apenas 2,75%. No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional decidiu que os produtores vão pagar juros de 29,3% ao ano, "o que pode inviabilizar a terceira fase do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados" (Prodecer).

Foi o que afirmou ontem, em discurso, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Depois de pedir ao governo que reveja a medida, o senador disse que os produtores previam a cobrança de uma taxa proporcional à participação da União no financi-



Eduardo não entende como dinheiro captado a 2,7% é emprestado a 29,3%

amento. Para ele, se 60% dos recursos são captados a juros de

2,75% ao ano, não se justifica a elevada taxa fixada pelo governo federal. "Desse jeito, os agricultores se tornarão inadimplentes, o que é pior para todos", observou.

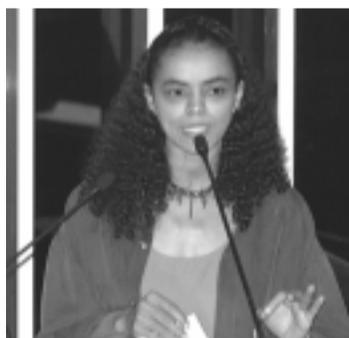
Eduardo Siqueira Campos discordou também da exigência do Ministério da Fazenda de que o governo do Tocantins dê garantia a 50% do total a ser repassado aos agricultores. O senador manifestou ainda sua discordância com a taxa de 5% cobrada pelo Banco do Brasil a título de risco e administração do dinheiro do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. No final de 15 anos, o Banco do Brasil terá um lucro de 107% sobre as operações, um "nível inaceitável", assinalou.

Marina conclama Senado a debater a crise

Ao fazer seu primeiro discurso como líder do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) conclamou o Senado a debater a crise brasileira e apresentar alternativas. "É esse papel de formulador de políticas que a sociedade espera de nós. Espero ver triunfar, no Senado, a autoridade da argumentação e não a argumentação da autoridade, como temos visto tantas vezes", afirmou.

Marina lembrou que a oposição há muito vem denunciando os perigos que rondavam a economia. "Fomos chamados de profetas do mal e tratados como se estivéssemos cometendo uma blasfêmia contra o mito da moeda forte. Agora que a âncora cambial se tornou uma bóia à deriva, o governo está achando difícil explicar a desvalorização do real e os 4,8% de queda do PIB em 1999, que arastarão o país de volta a 1980", disse.

Marina criticou a escolha de Arminio Fraga para a presidência do Banco Central: "Sendo conhecido como assessor do



Marina Silva prega o "triunfo da autoridade da argumentação"

megaespeculador que ataca moedas, George Soros, estou inclinada a estranhar que o governo chame justamente um doutor especializado em eutanásia para cuidar da nossa moeda doente".

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que o país não conhecia a gravidade da situação antes das eleições. "O presidente Fernan-

do Henrique foi à televisão, 37 dias antes da eleição, para alertar os brasileiros para as dificuldades que a crise internacional traria ao Brasil. Agora, o momento é de cerrar fileiras e procurar saídas", disse.

Também em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) reafirmou que "o governo enganou o povo", ao esperar os resultados do segundo turno das eleições para divulgar os sacrifícios do ajuste fiscal.

"Agora, com o real desvalorizado, o governo chama um especulador para a presidência do Banco Central. Está na hora de o Congresso discutir as questões com o Executivo, ao invés de se limitar a acatar suas ordens e aprovar suas propostas. Vamos propor alternativas", completou Ademir.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Hugo Napoleão (PFL-PI) saudaram a nova líder das oposições.

Tebet pede gás mais barato para MS

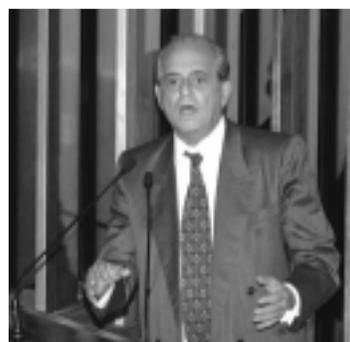
O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao governo federal que ofereça gás boliviano às indústrias de Mato Grosso do Sul a preços mais baixos, para incentivar o desenvolvimento da região. Para ele, nada justifica que o gás comprado a US\$ 0,90 o metro cúbico na Bolívia seja vendido poucos quilômetros adiante, em Mato Grosso, a US\$ 2,70.

Tebet afirmou que preços menores para regiões interioranas deveriam ser uma política do governo federal. No entanto, observou, não há por parte das autoridades federais qualquer plano de desenvolvimento regional, a seu ver o único caminho para evitar que continue a concentração populacional nas grandes ci-

dades do país.

A inauguração, neste mês, do gasoduto Brasil-Bolívia e da usina hidrelétrica de Corumbá foi saudada por Ramez Tebet. "São acontecimentos da maior importância para o país, mas os meios de comunicação praticamente ignoram esses fatos."

O senador voltou a pedir compensação ao estado de Mato Grosso do Sul pela inundação de 200 mil hectares após o fechamento das comportas da hidrelétrica de Porto Primavera, construída pela Centrais Elétricas de São Paulo no rio Paraná. Para ele, nem a promessa da empresa de construir uma estrada asfaltada de 150 km para beneficiar alguns municípios da área inundada foi cumprida. "As



Para Tebet, gás mais barato pode servir de estímulo ao desenvolvimento de MS

obras pararam e não existem explicações plausíveis", disse.

TV Senado promove debate sobre o novo Código Penal

Temas polêmicos como liberdade de imprensa, assédio sexual, eutanásia e aborto fazem parte dos debates sobre a reforma do Código Penal brasileiro. Outros crimes que abalaram a opinião pública, como desmoronamento de prédios e fraudes imobiliárias, deverão ter penas mais severas.

Esses são alguns dos assuntos que foram tratados no programa "Debate" da TV Senado, que irá ao ar amanhã à 1h, 5h, 13h30 e 21h15, com reapresentação no sábado, às 19h30, com a participa-

ção do senador Ramez Tebet, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e do ministro do Superior Tribunal de Justiça Vicente Cernicchiaro.

A pedofilia na Internet, o tráfico de crianças e a exploração de meninas e mulheres pobres também foram discutidos. Penas mais severas podem ser adotadas para coibir declarações irresponsáveis – que abalem, por exemplo, o funcionamento do mercado financeiro –, o grampo telefônico e a invasão de privacidade.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h – Saúde Todo Dia - Atividade: Futebol Feminino
7h30 – Especial Unip - Assunto: Grippes e resfriados - 2ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia - Musculação
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil - Em destaque, Olinda
9h30 – Entrevista - O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, fala sobre o seminário internacional sobre livre concorrência que está acontecendo em Brasília
9h55 – Senado em Pauta
10h – Cores do Brasil - Bahia
10h30 – Saúde Todo Dia - Futebol Feminino
10h55 – Senado em Pauta
11h – Especial Unip - Botânica - 2ª parte
11h30 – Espaço Cultural - "Jovens Concertistas"
12h30 – Entrevista - Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil - Dendê da Bahia
13h30 – Debate - O senador Ramez Tebet e o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Vicente Cernicchiaro, debatem sobre o Código Penal
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo) - Em destaque: Proposta de emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal -

segundo dia de discussão

18h30 – Cores do Brasil - Diamantina
19h – Palestra - Criatividade como ponto de equilíbrio
20h – Cores do Brasil - Bahia
20h30 – Entrevista - Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira
21h – Jornal do Senado
21h15 – Debate - O senador Ramez Tebet e o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Vicente Cernicchiaro, debatem sobre o Código Penal
21h55 – Senado em Pauta
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Suassuna apóia soluções estruturais para os problemas do Nordeste

Suassuna alerta que a seca persiste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou ontem que a seca continua em muitos municípios nordestinos. “Embora a TV esteja noticiando que chove no Nordeste, as chuvas ainda são escassas e esparsas, não se justificando a suspensão das frentes de trabalho ou o fornecimento das cestas básicas”, enfatizou.

Para avaliar a situação, Suassuna pediu a reativação da Comissão Temporária da Seca, que funciona no Congresso Nacional. Observando que não é favorável ao sistema de frentes de trabalho, porque “vicia e permite a corrupção”, disse que o que o Nordeste quer e precisa é de desenvolvimento e garantia de fornecimento de água. “Somente uma solução estrutural, como a proposta pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, pode promover a mudança do perfil socioeconômico da região”, garantiu.

A proposta, explicou Suassuna, consiste na integração de ações, com ênfase nas áreas energética, agropecuária, hídrica e de transportes, conciliadas com as ações dos setores de saúde, educação, saneamento, meio ambiente, ciência e tecnologia. Para disponibilizar água, foi concebido um sistema de reservatórios interligados por canais que captam as chuvas locais e percorrem mais de 8.400 quilômetros, abrangendo oito estados.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou indignação com a forma superficial como os problemas do Nordeste são analisados na mídia e no governo. “Há gente morrendo de fome e sede, enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso ostenta na televisão seu programa de equipar escolas com computadores”, afirmou. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apoiou as reivindicações nordestinas.

Mozarildo defende criação de três novos estados

Impulsionar o desenvolvimento do Norte e do Centro-Oeste é a justificativa do senador para lutar pela redivisão territorial do país

Ao informar que a luta pela redivisão territorial do Brasil será uma das prioridades de seu mandato, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a criação dos estados do Solimões, Tapajós e Mato Grosso do Norte, através do desmembramento dos atuais estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Ele esclareceu que a proposta tem como objetivos impulsionar o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste e reverter o quadro atual de desigualdades.

Mozarildo adiantou que pretende propor a convocação de um plebiscito por ocasião das eleições municipais de outubro do ano 2000. A eleição para os poderes Executivo e Legislativo dos novos estados, de acordo com o cronograma apresentado pelo senador, ocorreria em 2002, e os estados seriam definitivamente implantados em janeiro do ano seguinte.

– Considero que a crise atual



Mozarildo diz que sua proposta é de longo prazo e por isso a crise não a inviabiliza

não torna inoportuna minha intenção de apresentar os projetos de criação de novas unidades federativas. É uma proposta de execução a longo prazo. Depende da realização de plebiscitos junto aos moradores das áreas a serem desmembradas e da aprovação

pelo Congresso Nacional – disse Mozarildo Cavalcanti.

Na avaliação do senador por Roraima, é incontestável o bom resultado da criação dos territórios e posterior transformação em estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, assim como de Mato Grosso do Sul e Tocantins, efetivados como estados desde seu desmembramento. Ele lamenta que, próximo de completar 500 anos, o Brasil, em termos de desenvolvimento, continue litorâneo e concentrado nas regiões Sul e Sudeste.

Para Mozarildo, os estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso são ingovernáveis atualmente devido à sua extensão, que é superior à de diversos países. Ele justificou que as grandes distâncias dentro da mesma unidade federativa dificultam a ação administrativa, resultando na impossibilidade de se implementar programas de desenvolvimento e de promoção social.

Jefferson quer aumentar participação do Norte e do Nordeste nos recursos do BNDES

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou ontem a má distribuição dos recursos do BNDES pelas diversas regiões do país. A exemplo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que condenou a falta de equilíbrio na alocação de recursos pelo banco, Jefferson disse que o BNDES não funciona como alavanca do desenvolvimento econômico e redutor das desigualdades sociais. “Ao contrário, as regiões mais necessitadas, Norte e Nordeste, têm diminuído suas participações ano a ano”, afirmou.

Para combater essas distorções, o senador reapresentou neste início de legislatura um projeto de lei que obriga o BNDES a destinar uma participação mínima às regiões Norte e Nordeste. O projeto foi arquivado ao final da legislatura passada por não ter sido analisado nas comissões. Ontem,



Jefferson Péres reapresentou projeto que disciplina financiamentos do BNDES

ele fez um apelo aos senadores, especialmente os que representam essas regiões, para que discutam a proposta, “e não a deixem morrer sem análise”.

Pelo projeto de Jefferson Péres, os financiamentos do BNDES para as regiões Norte e Nordeste crescerão ano a ano, somando no mínimo 30% em 2000; 35%, em 2001; até chegarem ao patamar mínimo de 40% em 2002. Em 1998, as aplicações do banco nas regiões Norte e Nordeste somadas ficaram em

11,83% do total de recursos liberados.

– O projeto é uma resposta a este estado atual de inanição em que se encontra a política nacional de desenvolvimento regional e reflete o temor frente a uma previsível tendência de intensificação das desigualdades inter-regionais no Brasil. De uma maneira ordenada e progressiva, o sistema BNDES aumentaria a sua presença na Amazônia e no Nordeste – explicou o senador.

Senador propõe comissão da criança e do adolescente

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apresentou à Mesa requerimento para a criação de uma Comissão Especial da Criança e do Adolescente. Ele explicou que pretende, com a iniciativa, “estabelecer um foro específico” para debate e busca de soluções dessa questão.

– Pretendo mais: que a comissão seja um canal permanente entre todas as entidades nacionais e internacionais, governamentais ou não, que representam todos os segmentos da nossa sociedade, para promovermos um grande debate sobre o pesadelo do abandono da criança e do adolescente e suas conseqüências para o futuro da nação – afirmou Eduardo Siqueira Campos.

Se aprovada a criação da comissão, na opinião do senador, será possível apresentar ao governo federal e à sociedade não apenas uma solução, mas um novo tratado nas relações da sociedade brasileira com a infância e a adolescência.

Eduardo Siqueira Campos acrescentou que é desejável, para o bom andamento dos trabalhos, reunir todo o acervo pertencente às diversas comissões que já trataram do mesmo tema no Senado e na Câmara dos Deputados. Ele pretende buscar ainda, nas experiências já desenvolvidas por estados, municípios e outras entidades, as soluções e alternativas para o enfrentamento dos problemas que afetam a criança e o adolescente no Brasil.

– Posso testemunhar a esta Casa que nós, no Tocantins, temos em andamento programas reconhecidos pela nossa comunidade e pelo Unicef, como o projeto Amigos do Meio Ambiente, em Palmas, e o projeto Pioneiros Mirins, que atendem a mais de 30 mil crianças, em todos os municípios do estado, e que poderão inspirar programas semelhantes para o país inteiro – frisou o senador.